



Sindicato dos Bancários de Dourados e Região-MS - E-mail: contato@bancariosms.com.br

Assembleia de Previsão Orçamentária

O Sindicato dos Bancários de Dourados e Região MS convoca os trabalhadores do ramo financeiro de sua base sindical, filiados à entidade, para Assembleia Geral Ordinária que se realizará nesta quarta-feira (30) às 17:30h em primeira convocação e às 18h em segunda convocação, quando estará

em pauta a Apreciação e Votação da Previsão Orçamentária do Sindicato para o ano de 2023.

A assembleia se dará na Sede do Sindicato a Rua Olinda Pires de Almeida, 2450, no Bairro Cidade Aurea em Dourados, conforme edital de convocação disposto no site do sindicato.

Jornada novamente em risco

Abertura das agências no fim de semana volta a debate

A Câmara dos Deputados prepara um "presente de grego" aos bancários no Natal. Nesta quarta-feira (30), o PL 1043/19, que permite abertura das agências aos sábados e domingos, pode ser analisado pela CDC (Comissão de Defesa do Consumidor) da Câmara dos Deputados. Todo o movimento sindical bancário está mobilizado e em contato com parlamentares para impedir um novo ataque aos direitos da categoria.

O projeto de lei, além de sobrecarregar ainda mais os trabalhadores, que, diga-se de passagem, já estão com a saúde comprometida devido à pressão e ao assédio moral, aumenta a insegurança.

Tem mais, muitos clientes utilizam os canais digitais no fim de semana. Portanto, a abertura das unidades não se justifica. Dados da própria Febraban confirmam, as transferências por celular cresceram 60%, a contratação de crédito 44% e o pagamento de contas por canais digitais subiram 51%.

Ao invés de expor funcionários



e clientes, os bancos precisam é contratar e abrir novas unidades de atendimento. Outra reivindicação é o atendimento em dois turnos, com respeito à jornada de seis horas. Desta forma, o horário de funcionamento seria ampliado.

MAIS ATAQUES - Esta não é a primeira vez que a jornada da categoria é ameaçada. O tema já foi proposto diversas vezes, tanto por meio de projetos de lei, como o PLS 203/2017, quanto por medidas provisórias (MP 881/2019 e MP 905/2019) encaminhadas pelo governo Bolsonaro. Mas, a pressão dos trabalhadores e dos sindicatos conseguiu derrubar.

Santander reajusta convênios de saúde

O Santander insiste na postura de intransigência. Sem negociar com o movimento sindical, o banco espanhol comunicou o reajuste dos valores de todos os convênios médicos e odontológicos disponibilizados para os empregados. Os aumentos atingiram o SulAmérica com percentual de 17,46% em todas as faixas e planos, o CMU (Central Nacional Unimed) com alta de 8,84%, o Seguro Unimed com alteração de 18,5%, também referentes a todas as faixas e planos. Somente o Interodonto teve redução de 5% que deve refletir no repasse para os trabalhadores.

Negociação com Bradesco

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco se reuniu com o banco nesta terça-feira (29), para dar continuidade às negociações da minuta específica. Este é o segundo encontro entre as partes após o fim da emergência em saúde por causa da pandemia de covid-19. Os encontros entre as partes tinham sido interrompidos, pois a prioridade passou a ser a preservação da vida de clientes e funcionários. O encontro anterior ocorreu no último dia 14 e marcou a retomada das negociações dos temas de interesse dos trabalhadores. Confira todos os detalhes da negociação no site do sindicato.

No Brasil, renda do trabalho cai desde 2017

Apesar de os dados da Rais apontarem crescimento de 5,39% no emprego formal em 2021 em relação a 2019, a renda média do trabalho caiu desde 2017, ano que a reforma trabalhista entrou em vigor. As consequências da nova legislação atingiram em cheio o bolso do trabalhador. A retração na renda foi de 3,80% de 2020 para 2021. Metade dos empregados ganhava até R\$ 1.995,00. Ou seja, menos de dois salários mínimos. A perda é de, aproximadamente, 6,5% desde 2017.

Centrais sindicais apoiam aprovação da PEC Social

Os brasileiros sentem na pele os graves problemas causados pelo governo Bolsonaro. Por isso, as centrais sindicais apoiam a aprovação urgente da PEC (Projeto de Emenda Constitucional) da Responsabilidade Social e a retomada da política de valorização do salário mínimo. Em nota, as entidades destacam que a responsabilidade fiscal não pode ser às custas dos trabalhadores, da população mais pobre, nem tão pouco dos investimentos necessários para a reconstrução econômica do país.

Durante quatro anos o desemprego atingiu nível elevado, o poder de compra despencou, a inadimplência cresceu e a fome voltou a assustar milhões de famílias. Com o cenário agravante, as medidas previstas na PEC contribuem para a melhora do país ao liberar recursos para programas que atualmente estão praticamente zerados no orçamento de 2023, como a farmácia popular e merenda escolar.